



Revista Jurídica

TRABALHO e DESENVOLVIMENTO HUMANO

Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região

ISSN 2595-9689

[Tradução]

Trabalho e crise ecológica: o dilema ecomodernista no(s) marxismo(s) ocidental(is) (1970s-2000s)

*Labour and the ecological crisis: The
eco-modernist dilemma in western
Marxism(s) (1970s-2000s)*

*Trabajo y crisis ecológica: el dilema
ecomodernista en el(los) marxismo(s)
occidental(es)*

Stefania Barca

Universidade de Santiago de Compostela / CISPAC (Espanha)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8136-3369>

VERSÃO ORIGINAL

BARCA, Stefania. The eco-modernist dilemma in western Marxism(s) (1970s-2000s). *Geoforum*, v. 98, jan-2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0016718517302105>. Acesso em: 16 dez. 2024.

TRADUÇÃO

Gustavo de Oliveira Correa [tradução]

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5090987787444945>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8136-3369>

Gustavo Seferian [revisão]

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6051232864493698>

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5587-6734>

RESUMO

Este artigo oferece uma crítica intelectual da ecologia política marxista desenvolvida na Europa Ocidental entre 1970 e 2000, concentrando-se na relação trabalho/ecologia. Minha crítica se baseia na intersecção de dois níveis de análise: (1) a evolução histórica do ambientalismo do trabalho, focando no que chamarei do dilema ecomodernista do trabalho; (2) o significado da política de classe em relação à política do meio ambiente, com foco especial na dialética entre produção/reprodução. Focando na obra de quatro intelectuais marxistas cujas ideias ressoam em vários movimentos sociais do espectro da esquerda (de trabalhadores, ambientalismo, feminismo e decrescimento), o artigo mostra como o atual embrenhamento do trabalho dentro da política da ecomodernização oculta uma série de fraturas internas e visões alternativas da ecologia que precisam ser esmiuçadas a fim de abrir o terreno para um repensar das políticas ecológicas hoje em termos de classe.

Recebido em: 29/11/2024

Aprovado em: 16/12/2024



Licenciado sob uma Licença Creative Commons

PALAVRAS-CHAVE: ecologia; marxismo; movimentos sociais; sindicalismo; trabalho.

ABSTRACT

The article offers an intellectual critique of Marxist political ecology as developed in western Europe between the 1970s and 2000s, focusing on the labour/ecology nexus. My critique is based on the intersection of two levels of analysis: (1) the historical evolution of labour environmentalism, focusing on what I will call the eco-modernist dilemma of labour; (2) the meaning of class politics in relation to the politics of the environment, with a special focus on the production/reproduction dialectic. Focusing on the work of four Marxist intellectuals whose ideas resonated with various social movements across the Left spectrum (labour, environmentalism, feminism and degrowth), the article shows how the current entrenchment of labour within the politics of eco-modernization hides a number of internal fractures and alternative visions of ecology that need to be spelled out in order to open the terrain for a rethinking of ecological politics in class terms today.

KEYWORDS: ecology; labor; Marxism; social movements; syndicalism.

RESUMEN

Este artículo ofrece una crítica intelectual de la ecología política marxista desarrollada en Europa Occidental entre 1970 y 2000, centrándose en la relación trabajo/ecología. Mi crítica se basa en la intersección de dos niveles de análisis: (1) la evolución histórica del ecologismo obrero, centrándose en lo que llamaré el dilema ecomodernista del trabajo; (2) la importancia de la política de clase en relación con la política del medio ambiente, con especial atención a la dialéctica entre producción/reproducción. Centrándose en la obra de cuatro intelectuales marxistas cuyas ideas resuenan en diversos movimientos sociales de todo el espectro de la izquierda (obrero, ecologista, feminista y decrecimiento), el artículo muestra cómo el actual enredo del trabajo dentro de la política de la ecomodernización oculta una serie de fracturas internas y visiones alternativas de la ecología que es necesario escudriñar para abrir el terreno a un replanteamiento de la política ecológica actual en términos de clase.

PALABRAS CLAVE: ecología; marxismo; movimientos sociales; sindicalismo; trabajo.



INTRODUÇÃO

Este artigo oferece uma crítica ao que eu considero uma das tendências mais importante nas políticas ambientais da era neoliberal na Europa Ocidental: a convergência política entre o movimento trabalhista e a corrente convencional da Modernização Ecológica, o que chamarei de ecomodernismo trabalhista, e sua divergência contemporânea com os movimentos ecológicos anticapitalistas. Este padrão tornou-se dominante em um contexto histórico marcado pelo declínio generalizado da representatividade e do poder político da classe trabalhadora, tanto no nível dos sindicatos¹ quanto no nível das - praticamente generalizadas - derrotas eleitorais da esquerda radical², bem como por uma ampla adoção de políticas neoliberais nos países da Europa Ocidental. Ao mesmo tempo, o ecomodernismo trabalhista esconde importantes fraturas internas e contradições ecológicas: por um lado, na esteira do aumento dos níveis de desemprego, uma série de diferentes setores sindicais e partidos políticos de esquerda continuam a apoiar os combustíveis fósseis e a abertura de novas fronteiras extrativas (da mineração de ouro ao fraturamento hidráulico³, e ao próprio carvão); por outro lado, o endosso das organizações sindicais ao ecomodernismo tem sido confrontados pela resistência das bases contra novos projetos de "energia limpa", tais como, parques eólicos e usinas de energia solar de grande escala, produção de energia a partir de resíduos e ferrovias de alta velocidade. Estas divisões complicam imensamente o esforço para

¹ Nota do Tradutor (N.T.): no original são *trade-unions* é um tipo de organização um pouco diferente do que conhecemos hoje como sindicatos, escolhi essa tradução por não possuímos uma figura jurídica e organizativa exatamente igual.

² ELEY, G., NIELD, K. Scholarly Controversy: Farewell to the Working Class? **International Labor and Working-Class History**, No. 57, Spring 2000, pp. 1-30. Disponível em: <https://library.fes.de/libalt/journals/swetsfulltext/14895131.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024; ELEY, G. **Forging Democracy: The History of the Left in Europe, 1850-2000**. Oxford University Press, 2002; SILVER, B.J. **Forces of Labor: Workers' Movements and Globalization Since 1870**. Cambridge University Press, 2003; VAN DER LINDEN, M. **Workers of the World: Essays toward a Global Labor History**, Brill, 2008.

³ N.T.: no original *fracking*, uma técnica específica de retirada de petróleo do solo, muito comum nos Estados Unidos, que causa grandes danos ambientais.



delinear um programa vermelho-verde, ou mesmo para entender onde a principal frente de batalha está localizada no atual conflito de classe ecológico.

A abordagem deste enigma, eu defendo, requer que desenvolvamos uma crítica à ecologia política do trabalho, ou seja, uma análise histórica material das relações internas entre trabalho e ecologia, com foco no significado ecológico do trabalho e as implicações políticas de interação das classes trabalhadoras com a natureza, tanto em teoria como na práxis histórica⁴. Minha crítica se situa dentro da perspectiva ecofeminista marxista sobre o trabalho e a agência da classe trabalhadora. Acrescentando à noção de "ruptura metabólica"⁵, como proposto por J.B. Foster^{6,7}, o ecofeminismo marxista se concentra nas "forças de reprodução", enfatizando o "valor metabólico"⁸ produzido pelas formas de trabalho que se alocam além dos entendimentos convencionais (ocidentais) do termo. De acordo com Salleh⁹, "valor metabólico" indica "uma 'outra' esfera subliminar de trabalho e valor", aquela produzida por "camponeses/as, mães, pescadores/as e coletores/as que trabalham com processos termodinâmicos naturais que satisfazem as necessidades diárias da maioria das pessoas na Terra"¹⁰. Necessárias para a produção e intercâmbio industrial, estas pessoas - ela escreve - habitam tipicamente "as

⁴ BARCA, S. *Laboring the Earth: Transnational reflections on the environmental history of work*. *Environmental History* 19 (January 2014). pp. 3-27. The University of Chicago Press, 2014; RYLE, M., SOPER, K. Introduction: the ecology of labour. *Green Letters* 20(2), pp. 119-126. doi: [10.1080/14688417.2016.1164984](https://doi.org/10.1080/14688417.2016.1164984). Acesso em: 12 dez. 2024.

⁵ N.T.: no original "*metabolic rift*" que é traduzido como "falha" ou "ruptura" metabólica.

⁶ "Em seu marco ecológico de Marx (2000), J.B. lembrou como - segundo Marx - o capitalismo industrial transformou o metabolismo social em uma 'ruptura metabólica', ou seja, um processo de aceleração da degradação tanto da natureza não humana quanto do trabalho." FOSTER, J.B. *Marx's Ecology. Materialism and Nature*. Monthly Review Press, 2000.

⁷ FOSTER, J.B. *Marx's Ecology. Materialism and Nature*. New York: Monthly Review Press, 2000; FOSTER, J.B., CLARK, B., YORK, R. *The Ecological Rift: Capitalism's War on the Earth*. New York: Monthly Review Press, 2010; CLARK, B., YORK, R. Carbon metabolism: global capitalism, climate change, and the biospheric rift. *Theory and Society* 34 (4), pp. 391-428, 2005.

⁸ SALLEH, A., From metabolic rift to "Metabolic Value": reflections on environmental sociology and the alternative globalization movement. *Organization and Environment*, vol 23, n. 2, pp. 205-219. Sage Publications, Inc., 2010.

⁹ SALLEH, A., From metabolic rift to "Metabolic Value": reflections on environmental sociology and the alternative globalization movement. *Organization and Environment*, vol 23, n. 2, pp. 205-219. Sage Publications, Inc., 2010.

¹⁰ SALLEH, A., From metabolic rift to "Metabolic Value": reflections on environmental sociology and the alternative globalization movement. *Organization and Environment*, vol 23, n. 2, pp. 205-219. Sage Publications, Inc., 2010. p. 205.



margens de capitalismo - periferias domésticas e geográficas", e assim elas são "ignoradas, como se estivessem em 'lugar nenhum' no sistema mundial"¹¹. Nomeando-as "trabalhadores/as meta-industriais" e ao mesmo tempo observando que elas formam a maioria da classe trabalhadora mundial é, para Salleh¹², uma forma importante de tornar seu trabalho visível e valorizar sua contribuição como "cura de rupturas", ou seja, contrastando a degradação dos corpos e dos ecossistemas colocados em movimento pela produção industrial.

Os conceitos de trabalho meta-industrial e valor metabólico de Salleh¹³ constroem uma abordagem material ecofeminista¹⁴, que visa a uma nova conceitualização da ecologia política através de um diálogo socialista/feminista¹⁵. Acho essa abordagem extremamente relevante para uma reconceitualização do ambientalismo do trabalho, tanto em suas formas históricas como atuais. Vendo o nexo trabalho/ecologia a partir do ponto de vista do eco-feminismo marxista, o cerne da questão para uma crítica da ecologia política do trabalho torna-se: que formas de trabalho e quais sujeitos estão incluídos no ecomodernismo trabalhista? E, em geral, o que conta como trabalho no ambientalismo do trabalho? Esta perspectiva nos permitiria ampliar o escopo do ambientalismo do trabalho através do desenvolvimento de uma descolonização do trabalho, tanto como conceito quanto como práxis, tornando assim visíveis suas potencialidades como agente de revolução ecológica.

¹¹ SALLEH, A. "Green Economy" or Green Utopia: the salience of reproductive labor Post-Rio+20. *American Sociological Association*, Volume 18, Number 2, pp. 141-145, 2012. p. 141.

¹² SALLEH, A. "Green Economy" or Green Utopia: the salience of reproductive labor Post-Rio+20. *American Sociological Association*, Volume 18, Number 2, pp. 141-145, 2012. Disponível em: <https://jwsr.pitt.edu/ojs/jwsr/article/view/468/480>. Acesso em: 12 dez. 2024.

¹³ SALLEH, A. "Green Economy" or Green Utopia: the salience of reproductive labor Post-Rio+20. *American Sociological Association*, Volume 18, Number 2, pp. 141-145, 2012. Disponível em: <https://jwsr.pitt.edu/ojs/jwsr/article/view/468/480>. Acesso em: 12 dez. 2024.

¹⁴ MELLOR, M. Ecofeminist political economy. *International Journal of Green Economics*, v. 1, n. 1/2, pp. 139-150, 2006; PERKINS, P.E. Feminist ecological economics and sustainability. *Journal of Bioeconomics*, v. 9, pp. 227-244, 2007. Disponível em: <https://www.greeneconomics.net/EllieP-FemEcolEcon.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024; BAUHARDT, C. Solutions to the crisis? The green new deal, degrowth, and the solidarity economy: alternatives to the capitalist growth economy from an ecofeminist economics perspective. *Ecological Economics*, Elsevier, vol. 102, pp. 60-68, 2014.

¹⁵ SALLEH, A. CNS symposium: ecofeminist dialogues. *Capitalism Nature Socialism*, v. 17, n. 4, pp. 32-141, 2006.



Partindo dessa abordagem, este artigo desenvolverá uma crítica da ecologia política do trabalho na Europa Ocidental nos últimos 25 anos do Século XX. Minha intenção é refletir sobre o processo dialético histórico pelo qual o marxismo ocidental enfrentou a crise ecológica, focando em como conceituou-se o trabalho e a agência da classe trabalhadora em relação à ecologia. Meu argumento é que, apesar de estar cada vez mais consciente das restrições que impediram a mão de obra industrial de desenvolver uma resposta apropriada à crise ecológica, os movimentos trabalhistas europeus foram incapazes de desenvolver uma visão clara da agência de “cura de rupturas” do trabalho de reprodução (ou trabalho meta-industrial) e da necessidade de unir estas duas formas de subjetividade laboral em uma aliança de solidariedade global.

Minha narrativa é construída em torno de quatro intelectuais públicos/as - Laura Conti, André Gorz, Raymond Williams e Maria Mies - cujas obras representam diferentes vertentes do marxismo ocidental, e cuja influência se estendeu por vários movimentos sociais não apenas em seus respectivos países, mas também internacionalmente. Lendo estes/as autores/as através do respectivo contexto político-histórico, e pondo-os em diálogo uns com os outros, acredito que podemos: (1) discernir a trajetória conceitual pela qual o movimento operário da Europa Ocidental trilhou para abraçar o ecomodernismo; (2) entender como o ecomodernismo trabalhista é distinto da versão capitalista da Modernização Ecológica; (3) desenvolver uma crítica construtiva do ecomodernismo trabalhista a partir de uma perspectiva ecofeminista materialista. A próxima seção delineará brevemente o atual posicionamento das organizações trabalhistas dentro do cenário da ecologia política contemporânea, e então introduzirá a hipótese de pesquisa e a narrativa que será desenvolvida no restante do artigo.

1 O trabalho na ecologia política

O primeiro passo para uma crítica da ecologia política do trabalho é definir os dois campos, do trabalho e do ambientalismo, como sendo compostos de ações



políticas muito variadas dentro de si mesmas, e cujas áreas de intervenção se sobrepõem de diversas maneiras. Esta abordagem, por sua vez, se baseia na compreensão da natureza (e da crise ecológica) não como um objeto de sentido comum, mas como um conceito contestado que atravessa os campos ambiental e do trabalho, com conceituações e atuações de maneiras diferentes dentro de cada um deles.

Um entendimento chave para uma Ecologia Política contemporânea é o de que o ambientalismo nunca foi um movimento homogêneo, e que diferentes almas coexistiram dentro dele¹⁶. Duas formas de ambientalismo, a Modernização Ecológica (ME)¹⁷ e a Justiça Ambiental (JA)¹⁸, são particularmente importantes em discutir o ambientalismo do trabalho. O primeiro, que agora domina discursos ambientais nas principais ONGs ambientalistas e na política ambiental global (incluindo negociações climáticas), foi originado como um fluxo norte-europeu de teoria social no início dos anos 90¹⁹. Esta linha ofereceu uma visão otimista, vantajosa para ambas as partes, sobre o reformismo ambiental como um efeito de soluções tecnológicas aliado a incentivos de mercado, que teria como resultado um giro para sistemas de valor pós-materialista nas economias industriais. Como na maioria das pesquisas contemporâneas sobre política ambiental, o conceito “pós-materialista” foi associado com uma compreensão pós-classe, até mesmo pós-política, do ambientalismo. Apesar de ser uma teoria altamente contestada, a ME conquistou o palco central na formulação de políticas ambientais em vários níveis, graças ao seu ajuste perfeito com a ambientalidade²⁰ neoliberal²¹. Como Maria Kaika demonstrou convincentemente, a ME atingiu uma dominância global ao ser incorporada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, nos quais fechou-se o debate

¹⁶ GUHA, R.; MARTÍNEZ ALIER, J. *Varieties of Environmentalism: Essays North and South*. Earthscan, 1997; HARVEY, D. *Justice, Nature and the Geography of Difference*. Blackwell, 1996.

¹⁷ N.T.: no original “EM” que corresponde à *Ecological Modernization*

¹⁸ N.T.: “EJ” que corresponde à *Environmental Justice*.

¹⁹ WHITE, D.; RUDY, A. P.; GAREAU, B. J. *Environments, Natures and Social Theory: towards a critical hybridity*. Macmillan Education UK, 2016.

²⁰ N.T.: no original “*environmentality*” cujo conceito é uma apropriação do debate Foucaultiano sobre governamentalidade, dentro do contexto ambiental.

²¹ LUKE, T.W. *Environmentality*. In: DRYZEK, John S.; NORGAARD, Richard B.; SCHLOSBERG, David (Ed.). *The Oxford Handbook of Climate Change and Society*. 2011.



sobre sustentabilidade dentro da "falsa dicotomia de eficiência de mercado versus responsabilidade pública"²². Embora sua "era de inocência" tenha terminado, após sua cumplicidade com as "novas formas de desocupação e 'gentrificação ambiental/ecológica'", amplamente documentada²³, a ME agora domina a Nova Agenda Urbana da ONU. Isto acontece, de acordo com Kaika, porque os/as tomadores/as de decisão optaram por ignorar as vozes de comunidades e movimentos urbanos que expressam visões dissonantes e alternativas de sustentabilidade voltadas para a práxis dos espaços do comum.²⁴ Um argumento semelhante foi apresentado por Goodman e Salleh²⁵ a respeito da posição oficial do PNUMA²⁶ sobre a mudança climática.

De forma oposta, a Justiça Ambiental global (ou então, o "ecologismo dos pobres"²⁷: representa uma perspectiva subalterna e popular que está ganhando impulso nas mobilizações climáticas, cada vez mais consciente e pungente na identificação do capitalismo como o verdadeiro culpado da atual crise ecológica - como diz Naomi Klein em "Isso Muda Tudo"²⁸, e no movimento pela justiça climática em geral. A não-compatibilidade entre esta perspectiva e a da ME emergiram com clareza impressionante na Rio+20, Fórum Global de 2012, onde a declaração final oficial "O futuro que queremos" - uma declaração unívoca de apoio à Modernização Ecológica através de uma agenda de "crescimento verde" - estava em oposição ao

²² KAIKA, M. 'Don't call me resilient again!': the New Urban Agenda as immunology ellipsis or ellipsis what happens when communities refuse to be vaccinated with 'smart cities' and indicators. *Environment and Urbanization*, v. 29, n. 1, 2017. p. 97.

²³ KAIKA, M. 'Don't call me resilient again!': the New Urban Agenda as immunology ellipsis or ellipsis what happens when communities refuse to be vaccinated with 'smart cities' and indicators. *Environment and Urbanization*, v. 29, n. 1, 2017. p. 91.

²⁴ N.T.: no texto original é utilizado o termo "*commoning*" o texto "Forças de reprodução: o ecofeminismo socialista e a luta para desfazer o Antropoceno" traduzido pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/5448>, utiliza essa tradução direta para um texto da autora. Nos parece que o mais adequado seria um conceito mais amplo, que abordasse as próprias práticas de construção do espaço do comum, algo como "comunização", contudo manteremos essa tradução a fim de uma maior uniformização de suas traduções.

²⁵ GOODMAN, J.; SALLEH, A. The 'Green Economy': class hegemony and counter-hegemony. *Globalizations*, v. 10, n. 3, p. 411-424, 2014.

²⁶ N.T.: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

²⁷ MARTÍNEZ ALIER, J. *The Environmentalism of the Poor*. A Study of Ecological Conflicts and Valuation. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2002.

²⁸ N.T.: livro e documentário, no original chama-se "*This Change Everything*"



documento alternativo aprovado pela Cúpula dos Povos, "Outro futuro é possível". Sentadas à mesa oficial e assinando a declaração da CNUCED²⁹, a grande maioria das organizações sindicais se posicionou firmemente dentro do primeiro campo.

Como podemos dar sentido a este posicionamento político do movimento trabalhista com o ecomodernismo? De acordo com Goodman e Salleh, a Rio +20 sinalizou a existência de um bloco contra-hegemônico global, formado pelo "trabalho meta-industrial - mulheres cuidadoras urbanas, agricultores/as de subsistência e indígenas" que representam as categorias mais atingidas pela ruptura metabólica. Goodman e Salleh³⁰ veem a Cúpula dos Povos como um passo importante no processo dessa "classe" global se tornar consciente de sua subjetividade política e ecológica. Mesmo concordando amplamente com esta visão, creio que não devemos esquecer que a divisão entre os blocos ME e JA é interna a uma frente de sustentabilidade amplamente definida, que se opõe à continuação do crescimento econômico direcionado para a exploração fóssil (com a recente adição de novas fronteiras extrativistas no fraturamento hidráulico, gás de xisto e minerais raros) que caracteriza a maior parte da economia mundial. Além disso, precisamos considerar que, assim como o ambientalismo, o movimento trabalhista não é homogêneo, portanto, a linha divisória entre sustentabilidade e o modelo costumeiro de negócios³¹ também atravessa este campo. Uma literatura emergente em Estudos Ambientais do Trabalho³² mostra como a adoção generalizada de um discurso de crescimento/modernização ecológica por parte de muitas centrais sindicais se traduz

²⁹ Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

³⁰ GOODMAN, J.; SALLEH, A. The 'Green Economy': class hegemony and counter-hegemony. *Globalizations*, v. 10, n. 3, p. 411-424, 2014.

³¹ N.T.: *Business as usual*.

³² RÄTHZEL, N.; UZZELL, D. Mending the breach between labor and nature: a case for environmental labor studies. In: RÄTHZEL, N.; UZZELL, D. (Ed.). **Trade Unions in the Green Economy**. Routledge, 2013. p. 1-12; FELLI, R. An alternative socio-ecological strategy? *International trade unions' engagement with climate change. Review of International Political Economy*, v. 21, n. 2, p. 372-398, 2014; COCK, J. The "Green Economy": a just and sustainable development path or a "Wolf in Sheep's Clothing"? *Global Labour Journal*, v. 5, n. 1, p. 23-44, 2014.



em pouca ação efetiva em razão da resistência interna proveniente de uma série de setores, bem como sinais contrastantes vindos de empregadores e governos³³.

A partir disso, embora as centrais/confederações internacionais tenham se alinhado com o bloco hegemônico, uma série de organizações trabalhistas (como a Via Campesina/MST) se posicionaram com o bloco contra-hegemônico, e alguns sindicatos endossam a Justiça Ambiental ou mesmo uma agenda anticapitalista³⁴: a tendência mais comum, nesse caso, é a de adotar uma abordagem de sindicalismo social, formando grandes coalizões com organizações defensoras da justiça ambiental e social. Além de todas as dificuldades que tipicamente enfrentam construções de coalizões, essas experiências enfrentam a oposição até mesmo de governos potencialmente progressistas: foi o caso da Espanha, onde uma Coalizão Climática (Coalición Clima) foi fundada em 2008 por 30 ONGs ambientais, sindicatos, pesquisadores, organizações de consumidores e cooperativas, que apresentaram três projetos de lei (sobre mobilidade, energia e taxaço ambiental), todos rejeitados pelo governo, à época, socialista³⁵.

Passando da escala global para a escala europeia, no entanto, podemos dizer que a maioria das organizações trabalhistas, representadas pela Confederação Europeia de Sindicatos³⁶, estão inequivocamente se alinhando com o bloco do "crescimento verde", defendendo uma estratégia baseada na chamada Transição Justa, consistente em investimentos públicos e incentivos fiscais para a criação de

³³ BURGMANN, V. From 'jobs versus environment' to 'green-collar jobs': Australian trade unions and the climate change debate. *In*: RÄTHZEL, N.; UZZELL, D. (Ed.). **Trade Unions in the Green Economy**. Routledge, 2013. p. 131-145; SNELL, D.; FAIRBROTHER, P. Just transition and labour environmentalism in Australia. *In*: RÄTHZEL, N.; UZZELL, D. (Ed.). **Trade Unions in the Green Economy**. Routledge, 2013. p. 146-161; STEVIS, D. Green jobs? Good jobs? Just jobs? US labour unions confront climate change. *In*: RÄTHZEL, N.; UZZELL, D. (Ed.). **Trade Unions in the Green Economy**. Routledge, 2013. p. 179-195; SWEENEY, P. US trade unions and the challenge of "extreme energy": the case of the TransCanada Keystone XL pipeline. *In*: RÄTHZEL, N.; UZZELL, D. (Ed.). **Trade Unions in the Green Economy**. Routledge, 2013. p. 196-213.

³⁴ MURILLO, L. From sustainable development to a green and fair economy: making the environment a trade union issue. *In*: RÄTHZEL, N.; UZZELL, D. (Ed.). **Trade Unions in the Green Economy**. Routledge, 2013. p. 29-40; GINGRICH, S. From blue to green: a comparative study of blue-collar unions' reactions to the climate change threat in the United States and Sweden. *In*: RÄTHZEL, N.; UZZELL, D. (Ed.). **Trade Unions in the Green Economy**. Routledge, 2013. p. 214-226.

³⁵ GIL, B.M. Moving towards eco-unionism: reflecting the Spanish experience. *In*: RÄTHZEL, N.; UZZELL, D. (Ed.). **Trade Unions in the Green Economy**. Routledge, 2013. p. 64-77.

³⁶ N.T.: *European Trade Unions Confederation*.



empregos de colarinho azul³⁷ nos setores de “energia limpa”, transporte e construção³⁸. Iniciativas nacionais como a campanha “Um Milhão de Empregos Climáticos” no Reino Unido (e mais recentemente na Noruega, Portugal e França³⁹) representam a versão mais avançada dessa posição, no sentido de que elas têm como objetivo superar divisões internas dentro da frente de batalha no campo do trabalho e construir maiores coalizões sociais para se que mobilizem ativamente para a adoção de um programa de empregos verdes (ou empregos climáticos). Esse posicionamento estratégico certamente tem a ver com o fato de que o trabalho está enfrentando uma das mais sérias e duradouras crises das últimas décadas, assim a perspectiva de empregos verdes/climáticos aparece como a mais suscetível de estimular consenso social e político.

O problema com a estratégia de Transição Justa, como argumentei em outro lugar, é que ela está bloqueando o trabalho ainda mais firmemente com a continuação do capitalismo e do trabalho assalariado no modo "verde" - construído sobre a perpetuação de uma divisão de trabalho baseada no gênero e na raça em escala mundial - excluindo uma discussão séria de diferentes perspectivas e alternativas mais radicais, e, portanto, a possibilidade de erradicar efetivamente as causas estruturais tanto ecológicas como sociais das desigualdades⁴⁰. A esse respeito, o ecomodernismo trabalhista apresenta uma semelhança impressionante com o caso da Nova Agenda Urbana destacado por Kaika⁴¹. Em ambos os casos, o endosso da ME por parte das lideranças políticas e sindicais repousa sobre um desrespeito pelas vozes dissidentes e práxis alternativas que se localizam fora do capitalismo (verde), reivindicando a preeminência social da reprodução, valor de uso e os bens comuns - em suma, do trabalho meta-industrial. Para uma crítica ao ecomodernismo

³⁷ N.T.: termo geralmente usado para referir-se a trabalhadores braçais no contexto urbano.

³⁸ EUROPEAN TRADE UNIONS CONFEDERATION (ETUC). **Action Programme 2015-2019**. 2015. Disponível em: www.etuc.org. Acesso em: 13 dez. 2024.

³⁹ Veja o site oficial da campanha “Um milhão de empregos climáticos”:
<https://globalclimatejobs.wordpress.com/>.

⁴⁰ BARCA, S. Greening the job. Trade unions, climate change and the political ecology of labour. In: BRYANT, R. (Ed.). **International Handbook of Political Ecology**. London: Edward Elgar, 2015.

⁴¹ KAIKA, M. ‘Don’t call me resilient again!’: the New Urban Agenda as immunology ellipsis or ellipsis what happens when communities refuse to be vaccinated with ‘smart cities’ and indicators. **Environment and Urbanization**, v. 29, n. 1, 2017.



trabalhista, as questões-chave se tornam então: que ideias e práticas alternativas foram historicamente embutidas no ambientalismo do trabalho? Como foi que os movimentos trabalhistas chegaram a abraçar a Modernização Ecológica?

Um bom ponto de partida para responder a essas perguntas é considerar as raízes intelectuais da ecologia política marxista na Europa Ocidental, identificando as tensões e contradições internas que derivam de leituras divergentes de Marx e Engels, bem como provenientes dos próprios trabalhos de Marx⁴². Nesse vasto debate teórico, destacarei aqui dois pontos que parecem particularmente relevantes para uma crítica da ecologia política do trabalho na Europa Ocidental. A primeira diz respeito à própria noção de trabalho na sociedade (eco)socialista: de acordo com J.B. Foster⁴³, a tradição marxista contém duas visões diferentes: uma centrada no potencial social da tecnologia, organização científica e automação, levando à progressiva redução do tempo de trabalho e ao aumento do tempo de lazer; a outra centrou-se na desalienação do trabalho e na consequente liberação completa das potencialidades para o desenvolvimento humano. Para Foster, a segunda visão por si só - que ele traça de William Morris a Marx - conduziria a "uma sociedade verdadeiramente sustentável"^{44,45}. Ele critica a primeira visão, traçada desde o

⁴² BURKETT, P. **Marx and Nature: A Red and Green Perspective**. New York: St. Martin's, 1999; CLARK, B. Marx's natures: a response to foster and Burkett. **Organization & Environment**, v. 14, n. 4, p. 432-442, 2001; FOSTER, J.B. **Marx's Ecology**. Materialism and Nature. Monthly Review Press, 2000; MOORE, J.W. Ecology, capital, and the nature of our times: accumulation & crisis in the capitalist world-ecology. **Journal of World-Systems Research**, v. XVII, n. 1, p. 108-147, 2011.

⁴³ FOSTER, J.B. The Meaning of Work in a Sustainable Society: A Marxian View. **CUSP Essay Series on the Morality of Sustainable Prosperity** No 3. 2017, p. 4. Disponível em: <http://www.cusp.ac.uk/essay/m1-3/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

⁴⁴ FOSTER, J.B. The Meaning of Work in a Sustainable Society: A Marxian View. **CUSP Essay Series on the Morality of Sustainable Prosperity** No 3. 2017, p. 4. Disponível em: <http://www.cusp.ac.uk/essay/m1-3/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

⁴⁵ A diferença entre as duas visões reside no valor atribuído ao trabalho: trabalho sem sentido, mas necessário no primeiro caso, atividade potencialmente criativa no segundo. Claramente, tal distinção só pode suportar em termos abstratos, enquanto na experiência histórica dos seres humanos as duas formas de trabalho coexistem e se complementam; na realidade um não poderia existir sem o outro. Assim são as duas formas de luta: para aquelas atividades que são principalmente dolorosas ou repetitivas e que não podem ser eliminadas mesmo em um sistema social desalienado, o controle democrático sobre a tecnologia e a organização será necessário para reduzi-los ao mínimo, para serem realizados da melhor maneira possível. Todas as demais atividades, nas quais a criatividade e a realização do potencial humano podem ser alcançadas, devem ser socializados o máximo possível, para que eles não permaneçam uma prerrogativa de certas classes sociais, e de um gênero apenas.



escritor americano Edward Bellamy, por "tomar a produção como econômica e tecnologicamente determinada" e concentrar-se no lazer como um fim social maior: uma tendência que ele vê representada hoje pelo movimento de decrescimento, através da influência de André Gorz.

O segundo ponto do debate ecomarxista que é de particular relevância aqui diz respeito à ideia, avançada por Foster e Clark⁴⁶ em um ensaio anterior, de que os marxistas europeus têm sido influenciados principalmente pela crítica da Escola de Frankfurt à "dominação da natureza", uma postura filosófica anti-iluminista que, embora fundamentada em escritos do jovem Marx, tinha "levado ao afastamento dos pensadores desta tradição não só do Marx tardio, mas também da ciência natural e, portanto, da própria natureza"⁴⁷. De acordo com os autores, isso explica porque o marxismo ocidental estava mal equipado para responder à ascensão do movimento ambiental na década de 1960, e permaneceu assim até que uma "segunda etapa do ecossocialismo" surgiu no final dos anos 90, baseada em uma nova leitura da ecologia como um conceito científico inerente ao pensamento de Marx.

Com o objetivo de explicar a convergência dos movimentos trabalhistas com a modernização ecológica, este artigo se afasta dos dois pontos acima em vários aspectos. Focando nos últimos 25 anos do Século XX, um período no qual a influência do marxismo ocidental sobre os movimentos trabalhistas ainda era forte, embora em declínio, mostro como a distinção entre as duas visões de trabalho destacadas por Foster tinham se tornado cada vez mais turvas, sendo desafiada por várias contribuições provenientes do cenário político e econômico em transformação. Eu argumento que o centro dessas mudanças foi a questão da agência política e da subjetividade: em outras palavras, a questão de qual deve ser o papel do movimento trabalhista (e da classe trabalhadora em geral) na revolução ecológica. Localizo a perspectiva de "libertação do trabalho" de Gorz dentro desse cenário político, conectando-a com as visões político-ecológicas contemporâneas desenvolvidas na

⁴⁶ FOSTER, J.B.; CLARK, B. Marx's ecology and the left. *New Left Review*, n. 68, 2016. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2016/06/01/marxs-ecology-and-the-left/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

⁴⁷ FOSTER, J.B.; CLARK, B. Marx's ecology and the left. *New Left Review*, n. 68, 2016. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2016/06/01/marxs-ecology-and-the-left/>. Acesso em: 13 dez. 2024.



Itália e no Reino Unido. Em relação ao segundo ponto, mostro como a distinção entre o marxismo ocidental e o ambientalismo também foi bastante esbatida, já que as preocupações ecológicas estavam sendo elaboradas, com mais ou menos referência direta a Marx, de dentro do próprio movimento trabalhista. Irei construir uma narrativa alternativa, procurando rastrear as conexões entre as preocupações sindicais e ambientais enquanto eram reformuladas através de um processo dialético que envolvia tensões e convergências entre o marxismo (ou melhor, várias formas de Marxismos Ocidentais) e uma variedade de movimentos políticos em todo o espectro da esquerda, nomeadamente: o movimento trabalhista, o ecologista (especialmente movimentos antinucleares), o feminista e o do decrescimento.

A narrativa deste artigo é a seguinte: em meados da década de 1970, uma versão inicial da ecologia política marxista tinha tomado forma na Itália, que encontrou expressão no trabalho da política comunista e intelectual Laura Conti (Seção 2). Com base em um entendimento da ecologia como a ciência das inter-relações biofísicas, e sobre uma visão de ecossocialismo como planejamento baseado na ciência, essa ecologia política vislumbrou uma forte classe trabalhadora urbana/industrial como o único sujeito político capaz de conduzir o resto da sociedade em direção ao horizonte ecossocialista. Nesse sentido, pode ser considerada uma expressão precoce do modernismo ecológico do trabalho, que repousava sobre o poder progressivo das forças produtivas, entendidas como trabalhadores masculinos de colarinho azul da indústria pesada e infraestruturas. Nos mesmos anos, uma perspectiva ecológica política diferente vinha do intelectual austríaco-francês André Gorz (Seção 3): também baseada em uma compreensão científica da ecologia, esta posição difere da anterior na medida em que refletia o descontentamento contemporâneo com as ideias tradicionais da subjetividade da classe trabalhadora e da ideologia do trabalho, ao mesmo tempo quebrando o nexo entre o desenvolvimento das forças produtivas (ou crescimento econômico) e o planejamento ecológico socialista. Em Gorz, o sujeito ecológico revolucionário deixa de ser o trabalhador masculino de colarinho azul para se tornar um sujeito social indefinido e multifacetado que se recusa à identificação baseada em classe obreira.



Essa posição reflete uma crise incipiente de movimentos trabalhistas, consequentes de uma complexa reestruturação e terceirização dos mercados de trabalho nas economias centrais da Europa Ocidental entre os anos 70 e 80. Conjuntamente com o surgimento de um forte movimento verde nesses mesmos países, aglutinado por uma posição antinuclear em comum (uma posição que os movimentos trabalhistas não estavam prontos para tomar), os anos oitenta marcaram uma divergência entre estes últimos e o movimento ecologista, e a consolidação da defesa do crescimento econômico a qualquer custo por parte da esquerda convencional. Essa crescente divergência e oposição formou a tendência política para a qual um proeminente marxista britânico e intelectual como Raymond Williams sentiu a necessidade de responder (Seção 4), oferecendo seu próprio conhecimento marxiano (mas também polanyiano sobre a subsistência, ou reprodução, como base comum entre o trabalho e as preocupações ambientais. Marcando um claro afastamento das visões anteriores da ecologia como planejamento baseado na ciência, Williams estimulou o movimento trabalhista a se afastar da ideologia da produção que o manteve refém do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Ao contrário de Gorz, porém, ele sustentou que o sujeito político para a revolução ecológica só poderia ser o movimento obreiro - uma vez que este tinha elaborado a necessária "alteração qualitativa do socialismo".

Resumindo a narrativa até agora: enquanto o ecosocialismo de Conti era construído sobre o ponto da produção, Gorz e Williams apontaram para reprodução (ou subsistência) como o terreno onde uma ecologia política do trabalho diferente poderia ter sido construída. Para que isso se tornasse uma visão hegemônica do ambientalismo do trabalho, no entanto, faltou algo: a reprodução precisava ser teorizada mais claramente como detentora da agência política e subjetividade. Esse foi um passo que o movimento feminista havia tomado na década anterior, sem poder realizar a triangulação necessária com o trabalho e o ambientalismo. A intelectual/ativista alemã Maria Mies exemplifica esse ponto (Seção 5): partindo de uma crítica das divisões sexual e colonial do trabalho que estão subjacentes à acumulação capitalista, Mies repensou a relação trabalho/ecologia com base na



centralidade social do trabalho reprodutivo. Essas ideias, desenvolvidas em um período de grande agitação para o socialismo europeu devido à queda do bloco soviético, foram fundamentais para o desenvolvimento do pensamento ecofeminista materialista, mas não influenciaram a evolução do ambientalismo do trabalho. Na realidade, na virada do século 20, a maioria das organizações sindicais e partidos de esquerda na Europa Ocidental haviam se afastado do ecossocialismo e estavam oficialmente abraçando a perspectiva de Modernização Ecológica hegemônica. A desconexão entre o movimento trabalhista e o ecofeminista, como argumento nas conclusões (Seção 6), impediu o primeiro de completar a "alteração qualitativa do socialismo" que precisava para enfrentar a crise ecológica em seus próprios termos, sem sucumbir à lógica do capitalismo verde. Aberturas para a compreensão ecofeminista materialista do trabalho e da subjetividade política poderiam ter levado os movimentos trabalhistas ocidentais a uma convergência com a perspectiva da Justiça Ambiental global.

A próxima seção identifica a Itália como o local no qual a ecologia política do trabalho tomou forma desde a tradição política marxista em meados dos anos 70, e então desenvolveu-se em movimentos sociais de massa, uma década depois rescindindo sua relação original com o marxismo.

2 A “ecologia da classe trabalhadora”. Laura Conti e a esquerda italiana

Desde os anos 70, a tese da crise ecológica como uma contradição do capitalismo apareceu na Itália por meio daquele que foi à época o maior partido comunista na Europa Ocidental, o PCI⁴⁸. Durante a escola de quadros realizada em 1941 em Frattocchie (notadamente, um ano antes da publicação do relatório ‘Os limites do crescimento’ pelo Clube de Roma), o PCI tinha realizado sua primeira conferência nacional com o tema “Homem⁴⁹, natureza e sociedade” na qual o

⁴⁸ N.T.: Partido Comunista Italiano.

⁴⁹ N.T.: Conforme escrito no original.



membro executivo do partido Giovanni Berlinguer⁵⁰ admitiu a necessidade de uma atualização na ortodoxia marxista a fim de que seja levado em conta o conceito de limites naturais. Ele comparou a ecologia com o planejamento socialista e enfatizou a necessidade de o partido considerar o meio ambiente como uma prioridade da classe trabalhadora⁵¹. Alguns anos depois, a intelectual pública e representante do PCI, Laura Conti, publicou seu livro “O que é Ecologia - capital, trabalho e ambiente” [*Che cos'è l'ecologia. Capitale, lavoro, ambiente*, 1977], que oferecia uma teorização dessa nova visão e a elaboração de uma estratégia política correspondente. Uma médica por treinamento e uma apaixonada escritora científica, Conti tornou-se uma figura proeminente no nascimento de um movimento verde-vermelho⁵². Ela definiu a ecologia política como o estudo de como as relações sociais dentro da espécie humana influenciam o mundo natural e outras espécies e descreve a ecologia como a relação metabólica entre sociedade e meio ambiente. A tese chave nesse livro foi a de que esta teia de interrelações tão complexas entre mecanismos naturais e sociais carecem de uma boa dose de planejamento ambiental, para serem democraticamente definidos e governados. A luta contra aqueles que destroem a natureza, “as nossas vidas e de outras espécies”, como Conti escreveu, não pode ser deixada nas mãos do mercado ou de qualquer eco-tecnocracia, mas precisa ter a sociedade como protagonista e especificamente uma classe social: aquela que se opõe ao capital. Conti acreditava que, em defender não apenas os próprios interesses, mas a humanidade em si como parte da natureza, a classe trabalhadora pode achar solidariedades e coalizões substanciais com a sociedade.

A relação dos movimentos trabalhistas com os ecologistas foi um tópico um tanto marginal na abordagem de Conti: ela tomou nota de passagem da antipatia entre trabalhadores (industriais) e ambientalistas, porém para ela isso representava

⁵⁰ Giovanni era o irmão mais novo de Enrico Berlinguer, que se tornou secretário geral do PCI em 1972. Médico por formação, ele foi autor de inúmeros trabalhos sobre o história da medicina e tornou-se uma referência para a ciência marxista da saúde ocupacional na Itália e além dela.

⁵¹ GRAF VON HARDENBERG, W.; PELIZZARI, P. The environmental question, employment and development in Italy's left. *Left History*, n. 2, p. 77-104, 2008.

⁵² BARCA, S. 'Work, bodies, militancy: the “class ecology” debate in 1970s Italy'. In: BOUDIA, S.; JAS, N. (Ed.). *Powerless Science? Science and Politics in a Toxic World*. Berghahn Books, 2014.



uma reação saudável da classe trabalhadora em oposição a um certo tipo de ambientalismo (de classe-média) baseado em moralismos condenatórios do consumo de massa e na defesa de algum mamífero carismático⁵³. Ao invés de ser filosoficamente fundamentada na improvável aliança com esse tipo de ambientalismo, a ecologia política de Conti fundamentou-se no conceito de alienação de seres vivos em Marx. Para ela, isso apontou para a necessidade das organizações de trabalhadores desenvolverem seu próprio reformismo ecológico revolucionário, i.e. uma “ecologia de classe trabalhadora”, a fim de contrapor por dentro o abuso do capitalismo para com o meio ambiente⁵⁴.

A “ecologia de classe trabalhadora”, contudo, foi guiada por uma contradição interna irreduzível, da qual Conti estava criticamente consciente, o que eu chamarei de “dilema ecomodernista do trabalho”: o avanço de uma consciência ecológica da classe trabalhadora era consequência do desenvolvimento das forças de produção, no sentido de que apenas um avanço do aparato industrial poderia garantir níveis ocupacionais e força política necessária para a classe trabalhadora desenvolver seu papel como defensora do meio ambiente. Na visão de Conti, o ambientalismo do trabalho precisava lidar com essa contradição: ela pensou que uma resposta possível seria a esquerda pressionar para o desenvolvimento de setores industriais que garantissem os maiores níveis ocupacionais com os relativos menores impactos ambientais. Ela observou que embora apenas soluções temporárias e limitadas como essa poderiam ser encontradas, essa era uma luta que o movimento trabalhista não poderia mais postergar.

A resposta de Conti para a crise ecológica foi, de alguma maneira, representativa da linha “oficial” adotada pelo partido comunista a esse respeito - ou, pelo menos, a que era mais aceita entre a política eurocomunista no final dos anos 70 e início dos 80: ao invés de rejeitar a modernidade industrial na sua completude, os comunistas tiveram que exercer seu poder dentro e fora do parlamento italiano para manter o poder destrutivo das forças de produção à

⁵³ CONTI, L. *Che cos'è l'ecologia*. Capitale, lavoro, ambiente. Mazzotta, 1977. p. 140.

⁵⁴ CONTI, L. *Che cos'è l'ecologia*. Capitale, lavoro, ambiente. Mazzotta, 1977. p. 136-139.



distância, via controle democrático. Essa democratização da produção começou pelo local de trabalho, onde uma nova metodologia de controle participativo dos trabalhadores da indústria foi elaborada em colaboração entre as confederações sindicais e grupos de cientistas militantes, e alcançaram uma grande parte da sociedade via instituições públicas nas quais os movimentos trabalhistas estavam lutando com afinco nesses mesmos anos, tal como o sistema de saúde público⁵⁵.

A abordagem da “ecologia de classe trabalhadora”, entretanto, apresentou outras limitações, tanto internas quanto externas. Para começar, a estratégia de controle dos trabalhadores sobre a toxicidade da indústria via sindicatos e instituições públicas foi altamente vulnerável aos ciclos de recessão econômica, especialmente na produção industrial, nos quais tornavam-se restritas as possibilidades para o capital investir nas medidas de saúde e segurança, além de prejudicar o poder de negociação dos sindicatos no local de trabalho. A estratégia também ofuscou as diferenciações geográfica, setoriais e de gênero dentro da classe trabalhadora italiana: não apenas provou-se fracassada no Sul “subdesenvolvido”, mas também reforçou a noção implícita de que os homens de colarinho azul da indústria pesada fossem detentores da única forma de mobilização política significativa em políticas sociais - da ambiental à saúde pública - que implicavam em significâncias e subjetividades muito mais amplas.

Não obstante, essa abordagem produziu resultados importantes quanto às convergências entre a política verde e vermelha, entre as quais a fundação da Liga Italiana pelo Meio Ambiente (Legambiente), hoje uma ONG bem estabelecida, criada em 1979 como uma subseção do Setor Recreativo do PCI. Conti desempenhou um papel central na fundação da nova organização, conjuntamente com uma porção de

⁵⁵ BARCA, S. Bread and poison. The story of labor environmentalism in Italy, 1968-1998. In: MELLING, J.; SELLERS, C. (Ed.). *Dangerous Trade*. Histories of Industrial Hazards across a Globalizing World. Temple University Press, 2012. Disponível em português com o título: BARCA, S. Pão e veneno: reflexões para uma investigação sobre o ‘ambientalismo do trabalho’ em Itália, 1968-1998. In: *Laboreal*, Volume 6, Nº2, 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/laboreal/8590>. Acesso em: 06 dez. 2024; N.T.: o Sistema Nacional de Saúde Pública foi conquistado em 1978, o artigo referenciado explica com profundidade a luta para sua criação.



intelectuais com expressão pública que compartilhavam uma militância em comum no PCI⁵⁶.

Durante as décadas de 1980 e 1990, a estratégia de "ecologia de classe trabalhadora" foi profundamente desafiada pela estrutura econômica italiana em transformação, com a terciarização e depois a precarização da força de trabalho, e as preocupações ambientais mudaram gradualmente da produção ao consumo⁵⁷. Consequentemente, a Legambiente começou a se desprender do PCI, recusando estratégias centralizadas e promovendo, ao invés disso, formas de organização territorial "fora do local de trabalho, e longe de qualquer lógica de defesa econômica"^{58,59}. A separação definitiva veio em 1986, juntamente com uma escolha de relações privilegiadas com o Partido Verde nas eleições locais e nacionais. A crise da abordagem da "ecologia de classe trabalhadora" tornou-se clara quando a Esquerda (partidos comunistas e socialistas e o sindicato CGIL⁶⁰) dividiu-se em duas frentes opostas em relação ao referendo antinuclear promovido pelos Verdes e organizações ecologistas em 1987⁶¹.

A Legambiente mover-se da fábrica para o território refletiu um processo histórico de divisão interna na esquerda italiana, mais do que entre organizações ambientais e de trabalhadores, uma divisão que tornou-se mais evidente após o racha do PCI em duas formações políticas distintas em 1991. Isso coincidiu com um giro acentuado no debate ecomarxista, que encontrou expressão na revista "Ecologia

⁵⁶ Entre eles, o ecologista urbano Virginio Bettini, que tinha sido co-autor com Barry Commoner de um livro chamado ecologia e luta sociais. Meio ambiente, população e poluição (1976), apresentando a tese das duas ecologias (ecologia do poder e ecologia da classe), que se tornou um manifesto político para a ecologia de esquerda italiana. Mais um membro fundador da Legambiente foi o químico Giorgio Nebbia, também um conhecido acadêmico e autor de vários livros e panfletos sobre ecologia política (BARCA, S. 'Work, bodies, militancy: the "class ecology" debate in 1970s Italy'. In: BOUDIA, S.; JAS, N. (Ed.). *Powerless Science? Science and Politics in a Toxic World*. Berghahn Books, 2014).

⁵⁷ DELLA SETA, R. *La difesa dell'ambiente in Italia*. Franco Angeli, 2000; DELLA PORTA, D.; DIANI, M. *Movimenti senza protesta? L'ambientalismo in Italia*. Il Mulino, 2004.

⁵⁸ A alegação é atribuída a Andrea Poggio, jornalista e autora, uma das fundadoras do Legambiente e diretora da revista *La Nuova Ecologia* entre 1980 e 1984.

⁵⁹ DELLA SETA, R. *La difesa dell'ambiente in Italia*. Franco Angeli, 2000, p. 50-51.

⁶⁰ N.T.: *Italian General Confederation of Labour*.

⁶¹ DELLA SETA, R. *La difesa dell'ambiente in Italia*. Franco Angeli, 2000, p. 50-51.



Política - Capitalismo, Natura, Socialismo”⁶² fundada em 1991. A revista introduziu a tese da crise ecológica como a “segunda contradição” do capital, apresentada pelo acadêmico estadunidense James O'Connor em sua introdução ao primeiro número do CNS^{63,64}, enquanto popularizava também diferentes versões do pensamento ecológico radical⁶⁵.

Em resumo: ao invés de representar uma virada da abordagem materialista para a pós-materialista do ambientalismo - no qual o materialismo é reduzido a uma “defesa econômica” - os ecologistas políticos italianos expressaram um giro mais específico: desde a hegemonia política do PCI, voltado para a hegemonia ideológica do proletariado industrial urbano, para uma perspectiva popular e territorial da ecologia, onde uma diversidade de subjetividades sociais deveriam ser agregadas para a defesa de condições de produção contra a toxicidade industrial. Esse giro, contudo, veio depois de o próprio conceito de classe trabalhadora ter sido submetido a uma crítica político-ecológica radical. Vamos agora examinar essa crítica.

3 Adeus à ecologia da classe trabalhadora. André Gorz e a “libertação do trabalho”

Em 1977, o mesmo ano em que “O que é ecologia?” de Conti foi lançado na Itália, a noção de crise ecológica enquanto uma questão política de especial relevância para o socialismo estava sendo levantada, por motivos radicalmente

⁶² A revista, é uma publicação irmã da família internacional do eco-marxismo ocidental - a saber, em conexão com o Capitalismo *Nature Socialism*, com sede nos EUA, A *Écologie et Politique* francesa, e a *Ecologia Política* espanhola, foi dirigida por Giovanna Ricoveri e Valentino Parlato (que também foi o diretor do jornal *Il Manifesto*).

⁶³ O'CONNOR, James. **Natural Causes: Essays in Ecological Marxism**. New York: Guilford, 1998.

⁶⁴ O artigo postulava que o ponto de partida do socialismo ecológico era a contradição entre as forças capitalistas, as relações de produção e as “condições de produção”, que ele considerava - seguindo Polanyi - como “mercadoria fictícia”. Esta contradição causaria uma crise ecológica como uma “crise de subprodução”, ou seja, uma versão não-malthusiana da escassez, em que o capital induz a destruição das condições da produção. Este tipo de escassez, acreditava O'Connor, levaria a uma maior socialização da produção, via planejamento econômico e regulamentações ambientais, assim criando a possibilidade de um caminho ecológico para o socialismo.

⁶⁵ Exemplos são a crítica de Mumford à tecnologia, ou a crítica de Sachs e Latouche ao desenvolvimento ocidental. Para uma lista (parcial) de artigos publicados nos anos 90, ver: http://www.ecologiapolitica.org/wordpress/?page_id=1245.



diferentes, pelo intelectual austríaco-francês André Gorz em seu ensaio “Ecologia e Liberdade”⁶⁶, publicado pela primeira vez na França como “*Écologie et Liberté*” (1977). Inspirado por uma espécie de socialismo humanista derivado de uma variedade de influências marxistas não ortodoxas (desde o existencialismo de Sartre e a crítica de Marcuse à dominação, até ao movimento estudantil de maio de 1968 e o chamado marxismo autônomo italiano), Gorz introduziu o tema da natureza como um limite externo ao crescimento e definiu ecologia política como a luta por uma política ambiental democrática e emancipatória. O ensaio apresentou a crise ecológica como uma crise de reprodução por superacumulação, e expôs os riscos do produtivismo econômico derivado do trabalho decorrente de uma adoção acrítica do *ethos* produtivista - uma tese que ele desenvolveu em toda a sua extensão em sua posterior “Crítica da Razão Econômica”⁶⁷ [*Métamorphoses du travail*, 1988]. A ecologia política de Gorz não se destinava, portanto, apenas como uma crítica do modo de produção capitalista, mas também como instrumento de libertação das categorias conceituais que constrangia o movimento trabalhista dentro da ordem capitalista: um projeto político “capaz de, ao mesmo tempo, superar o capitalismo e transformar o próprio socialismo”⁶⁸. Também em escritos posteriores, ele manteve um esforço constante no diálogo com várias organizações trabalhistas, e com sindicatos em particular, convidando-os a desafiar a “ideologia do trabalho”⁶⁹.

Gorz não viu a superação do industrialismo capitalista como um retorno à ordem pré-industrial do artesanato e do feudo medieval. Ao contrário, ele desenvolveu uma utopia socialista onde as pessoas recuperaram o controle sobre a tecnologia industrial, não através de formas centralizadas de planejamento estatal, mas através da autogestão individual e comunitária. Se a ecologia não era compatível com a racionalidade capitalista, não era compatível com o socialismo autoritário também. Além disso, como a ecologia, a tecnologia não era socialmente neutra:

⁶⁶ GORZ, A. Ecology and freedom. In: *Ecology as Politics*. South End Press, 1979.

⁶⁷ GORZ, A. *Critique of Economic Reason*. Verso, 1989.

⁶⁸ LEONARDI, E. Introduzione. In: GORZ, A. (Ed.). *Ecologia e libertà*. Orthotes, 2015. p. 17.

⁶⁹ GORZ, A. Critique of economic reason: summary for trade unionists and other left activists. In: MUNCK, R.; WATERMAN, P. (Ed.). *Labour Worldwide in the Era of Globalization*. Alternative Union Models in the New World Order. Palgrave Macmillan, 1999.



apenas aquelas tecnologias que eram compatíveis com o capitalismo (ou, com o socialismo de Estado) em seu impulso para o crescimento quantitativo da produção - independentemente de considerações qualitativas - tinham sido desenvolvidas até o momento. O exemplo mais claro seria o da energia nuclear, pressupondo uma ordem social autoritária de fato. Consequentemente, a luta por uma sociedade diferente passou através da luta por diferentes tecnologias: "O socialismo não é melhor que o capitalismo se não troca as ferramentas"⁷⁰. Apenas aquelas tecnologias que podem ser controladas em escala comunitária, trazendo maior autonomia individual e local, preservem a reprodução da vida e facilitem o controle de produtores e consumidores deveriam ser desenvolvidas⁷¹.

A ecologia política de Gorz foi um chamado intelectual para o movimento trabalhista para a transformação do socialismo. Entretanto, o livro mais popular de longe de Gorz, o "Adeus ao proletariado" teve muito mais impacto, significativamente com o subtítulo "Um ensaio sobre o socialismo pós-industrial"⁷² (primeiramente publicado na França como "*Adieux au Proletariat*" (1980) e dois anos depois traduzido para o inglês e o italiano). O livro apresenta a tese de que chegou a hora dos movimentos trabalhistas se emanciparem da ideologia (e ética) do trabalho como emprego e desloquem-se no sentido de uma revolução pós-industrial no plenamente reconhecido novo sujeito histórico formado pela "não-classe do proletariado pós-industrial"⁷³. Publicado no limiar da desindustrialização à reestruturação pós-fordista da produção na Europa Ocidental, o livro previu o fim da era do pleno emprego e do bem-estar keynesiano, para ser substituída por uma sociedade de "tempo livre" baseada na produção autônoma de valor de uso - uma tese que soou, à época, fresca e oportuna. A ideia central que apresentou era, no entanto, muito antiga e até fundadora do pensamento marxista: "o comunismo não

⁷⁰ GORZ, A. *Ecologica*. Seagull, 2010. p. 9.

⁷¹ GORZ, A. *Ecology and freedom*. In: *Ecology as Politics*. South End Press, 1979.

⁷² GORZ, A. *Farewell to the Working Class*. An Essay on Post-Industrial Socialism. Pluto Press, 1982. N.T.: no Brasil a monografia foi lançada com o título "Adeus ao Proletariado: para além do socialismo".

⁷³ GORZ, A. *Farewell to the Working Class*. An Essay on Post-Industrial Socialism. Pluto Press, 1982. p. 66.



é nem pleno emprego nem um salário para todos - escreveu Gorz - mas a eliminação do trabalho na forma social e historicamente específica presente no capitalismo. Ou seja, é a eliminação do trabalho como emprego, trabalho como mercadoria”⁷⁴. Esta foi uma das dimensões mais esquecidas do pensamento marxista que Gorz extraiu de marxistas não ortodoxos como o alemão oriental Rudolf Bahro e o italiano Antonio Negri⁷⁵.

O ponto chave no livro foi que o capitalismo não terminará por suas próprias contradições internas, nem mesmo atingindo limites externos - nomeadamente, o ecológico. Pelo contrário, como ele escreveu, nos últimos 20 anos, o capitalismo demonstrou uma inesperada habilidade de “lidar com seus problemas que não teriam solução, acomodar suas disfunções e até mesmo redesenhar-se com força renovada a partir do estado de coisas”. Além disso, esses problemas continuarão sem solução até mesmo se a classe trabalhadora tomar o controle das forças de produção - isto é, sem transformá-las qualitativamente. A triste notícia, na realidade, foi a de que o capitalismo produziu uma classe trabalhadora cujos interesses eram mais consonantes com a reprodução do próprio capitalismo do que com a “racionalidade socialista”. Consequentemente, a erradicação do capitalismo pode apenas surgir das áreas da sociedade que encarnaram ou prefiguraram “a dissolução de todas as classes sociais, inclusive a própria classe trabalhadora”⁷⁶. A sugestão de Gorz não foi substituir a tradicional classe trabalhadora marxista por um sujeito diferente, mas igualmente transcendental, uma nova classe com uma nova missão histórica de salvação. Como todos os movimentos sociais nascentes, ele escreveu, aquele dos “que se recusam a serem nada mais do que trabalhadores” foi uma não-classe com uma forte ética de liberação, “a negação da lei e da ordem, poder e autoridade, em nome do inalienável direito de controlar a própria vida”⁷⁷. O movimento, no entanto,

⁷⁴ GORZ, A. *Ecologica*. Seagull, 2010, p. 11.

⁷⁵ GORZ, A. *Farewell to the Working Class*. An Essay on Post-Industrial Socialism. Pluto Press, 1982. p. 88.

⁷⁶ GORZ, A. *Farewell to the Working Class*. An Essay on Post-Industrial Socialism. Pluto Press, 1982. p. 14-15.

⁷⁷ GORZ, A. *Farewell to the Working Class*. An Essay on Post-Industrial Socialism. Pluto Press, 1982. p. 11.



não foi estruturado como tal, porque sua principal preocupação foi construir a autonomia dos indivíduos. Isso foi, ao mesmo tempo, sua maior força e fraqueza, porque espaços de autonomia - capturados pela ordem social existente - serão marginalizados, subordinados ou guetizados⁷⁸, a menos que haja uma completa transformação e reconstrução da sociedade"⁷⁹.

Como Martin Ryle e Kate Soper observaram, André Gorz deu voz a um pensamento alternativo e radical sobre ecologia e trabalho que surgiu entre as décadas de 1970 e 1980, um pensamento que estabelecia uma nova conexão "entre o desejo humano de uma vida menos dominada pelo trabalho e a necessidade ambiental de uma economia menos indiscriminadamente produtivista"⁸⁰. No *Écologie et liberté* de Gorz e em alguns círculos intelectuais da França, essa ideia começou a ser chamada de *décroissance* (decrescimento), um conceito que tem recebido crescente atenção na esteira da atual crise econômica, especialmente no sul da Europa⁸¹. Esse interesse renovado deu origem ao que agora se considera como um movimento guarda-chuva - uma convergência de movimentos sociais e intelectuais que se esforçam por desacoplar o bem-estar social e o viver bem do imperativo do crescimento econômico⁸². As ideias de Gorz sobre a "libertação do trabalho" são centrais para o movimento de decrescimento atual. No entanto, é desnecessário dizer que o fim do Fordismo e o abandono de uma política centralizada na classe trabalhadora não resultou na desejada "libertação do trabalho" - o exato oposto, é possível de ser dito. Não houve em Gorz mais elaboração sobre quais possibilidades alternativas poderiam ser desenvolvidas em substituição à antiga perspectiva de classe, nem uma análise crítica dos "novos movimentos sociais" que tinham ocupado o cenário do ativismo ecológico, em sua maioria via mobilização antinuclear, evoluindo para novas formações políticas - os partidos verdes.

⁷⁸ N.T.: transformados em guetos.

⁷⁹ GORZ, A. *Farewell to the Working Class*. An Essay on Post-Industrial Socialism. Pluto Press, 1982. p. 12.

⁸⁰ RYLE, M., SOPER, K. Introduction: the ecology of labour. *Green Letters* 20(2), pp. 119-126. doi: [10.1080/14688417.2016.1164984](https://doi.org/10.1080/14688417.2016.1164984). Acesso em: 12 dez. 2024.

⁸¹ Sobre a redução do tempo de trabalho e o decrescimento ver, por exemplo: KALLIS, Giorgos. *In defense of degrowth: opinions and manifestos*. Uneven Earth Press, 2017.

⁸² D'ALISA, G.; DEMARIA, F.; KALLIS, G. *Degrowth*. A vocabulary for a new era. Routledge, 2014.



Para resumir: Gorz deu voz a uma desilusão difusa, tendo a oportunidade e até mesmo a possibilidade de desenvolver uma estratégia de “ecologia de classe trabalhadora”, baseada na subjetividade política do movimento trabalhista. Essa desilusão localizada em uma fase histórica de transição pós-industrial experienciada na França, Itália, Alemanha e na maioria da Europa Ocidental nos anos 80, no qual, somados a um giro quase generalizado para as políticas neoliberais de “flexibilização” do trabalho e de cortes no bem-estar social, contribuiu para um sério enfraquecimento e crise do movimento trabalhista. Ao mesmo tempo, a transição pós-industrial pareceu abrir caminho para a “libertação do trabalho” ou “negação do trabalho”, como teorizado no movimento autonomista italiano: uma posição que era radicalmente alternativa ao, e veementemente oposta pelo, movimento trabalhista tradicional.

A crise da abordagem da “ecologia de classe trabalhadora” sinalizou uma situação em que a ecologia política não podia mais ser vista como um território hegemônico pelo movimento trabalhista: o movimento ambiental estava se consolidando como um “novo movimento social”, nascido de mobilizações radicais, populares e de massa contra a energia nuclear em toda a Europa Ocidental⁸³, de modo que não foi possível para a esquerda marxista e tradicional caracterizá-las como uma expressão das preocupações elitistas com a vida selvagem carismática, como Conti já havia feito antes. Em outras palavras, os anos oitenta foram uma época em que se tornou evidente que uma política vermelho-verde precisava ser construída sobre uma nova relação entre os movimentos trabalhista e ecologista. A próxima seção ilustrará como essa aliança possível foi idealizada por um dos mais proeminentes intelectuais marxistas da época: o crítico literário britânico Raymond Williams.

⁸³ ROOTES, C. *Environmental Protest in Western Europe*. Oxford University Press, 2003.



4 “Uma alteração qualitativa do socialismo”: Raymond Williams sobre trabalho e ecologia

Em junho de 1984, Williams foi convidado pelo *Socialist Environment & Resources Association de Letchworth*, Reino Unido, para discursar sobre "Ecologia e o Movimento trabalhista". Ele começou com a reivindicação de que: "nenhum desenvolvimento político é mais necessário agora do que uma convergência entre o movimento ecológico e o movimento trabalhista"⁸⁴. Oferecendo uma narrativa convincente de como se relacionam trabalho e natureza entre si sob o capitalismo industrial, ele imaginou uma possível convergência entre os movimentos trabalhista e o ecologista, com base em dois pré-requisitos: primeiro, que o primeiro esteja disposto a substituir a noção de "produção" com a de "meio de vida"; segundo, que o segundo reconheça o capitalismo como o inimigo da natureza.

Williams caracterizou a política ecossocialista nos seguintes termos: a crise ecológica foi um produto não da modernidade em si - planejada como a capacidade de alimentar mais pessoas a partir de uma quantidade limitada de recursos, a capacidade de escapar da armadilha malthusiana - mas da modernidade capitalista. Esta última deveria ser entendida como um modo de produção em que ambos, trabalho e o meio ambiente, foram considerados "matéria prima" (ou "recursos") para a acumulação e lucro, ao contrário de possuírem um fim em si mesmos. O ponto para o movimento trabalhista era mudar esse sistema, não o administrar mais eficientemente. A ecologia política de Williams converge com a de Gorz na rejeição da visão de uma mudança sistemática que implique em um retorno à agricultura pré-industrial e artesanato - ele rejeitou a ideia de que esses modos de produção seriam capazes de manter os níveis atuais de população no Reino Unido. Uma modernidade não capitalista parece ser o horizonte no qual ele pensou que o trabalho e a ecologia irão se fundir.

⁸⁴ WILLIAMS, R. *Ecology & the Labour Movement*. A talk given at the Plinston Hall, Letchworth, 2nd June 1984. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EiFWhtK0cj0>. Acesso em: 16 dez. 2024. Gostaria de agradecer a Jason W. Moore por colocar este recurso na Rede Mundial de Pesquisa Ecológica, através da qual tomei conhecimento desta.



Para Williams, o movimento trabalhista (britânico) havia surgido a partir de um ambiente específico: o da primeira revolução industrial, caracterizado pelo fechamento de terras comuns, e mudanças essenciais consequentes na produção de alimentos e no meio de vida; e novas formas de "extrair energia da natureza" relacionadas com as tecnologias do carvão e do ferro. Tudo isso deu à sociedade uma capacidade sem precedentes de transformar a natureza, uma transformação que se tornou uma experiência de trabalho comum. "A partir dessa experiência caótica e dinâmica um movimento trabalhista formou-se, primeiramente defensivo", observou ele, pois se formou em torno da noção de pobreza remediável. E a resposta à pobreza que estava em oferta pela ordem social - ele observou - foi: "produza mais e você não vai mais ser pobre - trabalhe mais duro". Os socialistas logo perceberam que não há correlação necessária entre o aumento da produção e a redução da pobreza, porque as relações sociais estabelecidas no decorrer da produção determinam em grande parte as decisões sobre como o excedente é distribuído. Isso faz com que continue possível que uma grande pobreza exista em meio a uma grande riqueza - se esta for funcional para a ordem social. Assim, o problema não era a produção em si, disse Williams, mas as relações de produção. Durante a maior parte de sua história, ele afirmou: o movimento trabalhista não havia levado essa diferença a sério.

O problema para o qual Williams apontava era a consolidação do trabalho dentro da racionalidade instrumental dominante da modernidade capitalista, na qual o trabalho, ele parecia dizer, foi aceito como um fato inelutável de vida. No entanto, ele observou, com a evolução do capitalismo industrial, as matérias primas tinham se tornado redundantes, e a população tinha chegado a um ponto muito maior do que a demanda de mão de obra, de modo que as pessoas tinham se tornado redundantes também, como uma matéria prima que poderia ser deixada no chão. E nesse ponto, afirma Williams, o movimento trabalhista enfrentou sua maior crise, uma crise de ideias:

[...] porque, se continuar a ver mais produção como a forma de combater a pobreza, vai simplesmente produzir sua própria redundância geral. É um processo que tem uma certa lei de ferro... Então a batalha agora é... se



... você continuará a aceitar o modo predominante de produção... ou se você pode (e é aqui que a convergência com o movimento ecológico deve acontecer) começar a pensar em uma ordem social diferente.⁸⁵

Em outras palavras, chegou o momento de reconhecer que a problemática relação do trabalho com a ecologia derivou dessa aceitação passiva desse hábito falacioso do pensamento, pelo qual a produção foi a resposta necessária e suficiente à pobreza, enquanto o trabalho assalariado e propriedade privada haviam se tornado instituições sociais indiscutíveis. Quebrar essa direção política implicava em abandonar a ideia de que o socialismo poderia competir com o capitalismo na execução melhor do mesmo sistema, ou seja, "produzir mais", porque as consequências a longo prazo desse modelo sobre as pessoas e o meio ambiente haviam se tornado inequivocamente claras.

Qual era a alternativa a isso? “Desafiar a noção de produção tal como ela foi apresentada, e começar com uma concepção diferente” - Williams afirmou - uma na qual a convergência entre os movimentos socialistas e ecologistas poderia ocorrer, ou seja, a ideia de meio de vida. O meio de vida era para Williams "um conceito muito mais profundo, e muito mais humano do que a produção", porque este último foi "quase sempre uma quantidade bruta, indiscriminada quanto ao que você produz, com qual qualidade você produz, que efeitos essa produção tem sobre os outros e as outras espécies", e isso impediu que o sistema priorizasse necessidades humanas. Pelo contrário, o meio de vida significava "partir do lugar humano e do interesse de todos os seres vivos envolvidos"⁸⁶.

A formulação de Williams da relação entre ecologia e trabalho converge com a teoria de O'Connor de marxismo ecológico, formulado alguns anos depois⁸⁷, e sinaliza uma tendência da ecologia política marxista para convergir com a crítica polanyiana da mercantilização que estava se popularizando nos círculos esquerdistas

⁸⁵ WILLIAMS, R. **Ecology & the Labour Movement**. A talk given at the Plinston Hall, Letchworth, 2nd June 1984. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EiFWHtKOCj0>. Acesso em: 16 dez. 2024.

⁸⁶ WILLIAMS, R. **Ecology & the Labour Movement**. A talk given at the Plinston Hall, Letchworth, 2nd June 1984. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EiFWHtKOCj0>. Acesso em: 16 dez. 2024.

⁸⁷ O'CONNOR, James. **Natural Causes: Essays in Ecological Marxism**. New York: Guilford, 1998.



da época. A originalidade da abordagem de Williams, no entanto, consistia em se perguntar como poderia o meio de vida ser sustentável em uma economia industrial moderna: este era, para ele, o núcleo do dilema na relação entre a ecologia e o trabalho.

A resposta que o movimento ambientalista havia dado não foi satisfatória, alegou ele, e essa foi a principal razão pela qual o movimento trabalhista precisava intervir e tomar a questão em suas mãos. Questionando as prioridades do sistema de produção, na realidade, o movimento ambiental o tinha feito chamando o sistema de nomes suaves - sociedade industrial ou sociedade moderna - e, portanto, nunca tinha chegado "às escolhas políticas difíceis". Se os o movimento ecologista pudesse chegar ao ponto em que eles identificassem o capitalismo como inimigo da natureza, e se - ao mesmo tempo - o movimento trabalhista estivesse preparado para avançar na mesma direção, então uma base comum para a política vermelho-verde poderia ser encontrada. Se as conversas fossem bem-sucedidas, não produziram simplesmente uma convergência entre dois movimentos, concluiu, mas "uma alteração qualitativa do socialismo". E a única força que poderia levar a cabo essa transformação era "a força que está enraizada no interesse da maioria e na indispensável subsistência de todas as pessoas da sociedade, e que... idealmente... é o movimento trabalhista"⁸⁸.

Para resumir: Williams compartilhou a ideia de Conti de que um movimento trabalhista forte é o sujeito social capaz de liderar uma revolução ecológica, mas, como Gorz, ele não considerou isso como uma escolha política necessária e natural para o movimento trabalhista, pelo menos não até que uma convergência tenha sido realizada entre ele e o movimento ambiental no terreno de uma política de subsistência. Enquanto todos os três compartilharam uma crítica marxista às contradições ecológicas do capitalismo, faltava a eles um entendimento da colonialidade/racismo e patriarcado/sexismo como fundamentalmente constitutivos do próprio capitalismo industrial (e em grande medida, do então existente socialismo

⁸⁸ O'CONNOR, James. **Natural Causes: Essays in Ecological Marxism**. New York: Guilford, 1998.



de Estado também), e, portanto, da ecologia-mundo capitalista⁸⁹. Tal consciência estava sendo produzida pela vertente ecológica do movimento feminista, ao qual a próxima seção é dedicada.

5 Redefinindo o trabalho. Maria Mies e a abordagem ecofeminista materialista

Desde o início da década de 1970, uma reflexão muito necessária sobre os trabalhos reprodutivos e domésticos como uma "morada oculta" crucial do capitalismo tinha emergido na Itália, França, Alemanha e outros países ocidentais⁹⁰, contribuindo de forma fundamental para desestruturar antigas concepções de trabalho centradas na força de trabalho industrial e no emprego assalariado em geral. O que é bem menos conhecido é o fato de que essa reflexão permitiu que várias estudiosas e ativistas também desenvolvessem uma perspectiva ecofeminista materialista com base em uma crítica da divisão sexual do trabalho em escala global. Provavelmente, a contribuição mais importante a este respeito veio da acadêmica alemã e feminista de longa data Maria Mies: "Patriarcado e Acumulação em Escala Mundial" [*Patriarchy and Accumulation on the World Scale*, 1986], publicada pela primeira vez na Alemanha em 1986, e que logo se tornou uma referência chave no ecofeminismo materialista⁹¹. A relevância do livro para uma discussão sobre o trabalho e a ecologia não deve ser subestimada. Ele apontou para o mesmo problema que Williams havia identificado em seu discurso de Letchworth, o de abandonar uma compreensão redutora da produção como o único terreno onde a pobreza poderia ser enfrentada - mas o fez acrescentando duas perspectivas que estavam totalmente ausentes em Williams (assim como em Conti e Gorz): a do trabalho oculto das

⁸⁹ MOORE, J.W. Ecology, capital, and the nature of our times: accumulation & crisis in the capitalist world-ecology. *Journal of World-Systems Research*, v. XVII, n. 1, p. 108-147, 2011.

⁹⁰ ARRUZZA, C. Functionalist, determinist, reductionist: social reproduction feminism and its critics. *Science & Society*, v. 80, n. 1, p. 9-30, 2016; DALLA COSTA, M.R. Introduction to the Archive of Feminist Struggle for wages for housework. *Viewpoint Magazine*, issue 5, October 2015. Disponível em: <https://viewpointmag.com/2015/11/02/issue-5-social-reproduction/>. Acesso em: 16 dez. 2024; FRASER, N. Behind Marx's Hidden Abode. For an Expanded Conception of Capitalism. *New Left Review*, v. 86, p. 55-72, Mar.-Apr., 2014.

⁹¹ MIES, M. *Patriarchy and Accumulation on the World Scale*. Zed Books, 1996.



mulheres e a da divisão internacional do trabalho. O livro focava no que Mies chamou de "a produção geral da vida, ou produção de subsistência", que ela viu como "realizada principalmente através do trabalho não assalariado de mulheres e outros trabalhadores não assalariados como escravos, trabalhadores contratados e camponeses nas colônias" e que para ela constituía "a base perene sobre a qual 'o trabalho produtivo capitalista' pode ser construído e explorado"⁹².

O livro acrescentou uma nova perspectiva sobre a divisão sexual do trabalho, teorizando-a como uma questão que ia além da esfera familiar, e que definiu toda uma estrutura social, incluindo tanto as relações de classe como as relações sociais com a natureza. De uma forma decisivamente não essencialista, Mies explicou que as diferenciações entre homens/mulheres evoluíram a partir de um processo histórico, criticando assim a naturalização do trabalho reprodutivo (feminino) em Marx e Engels, para quem as atividades reprodutivas "não pertencem ao reino das 'forças produtivas', da 'mão de obra', da 'indústria' e 'troca', mas à 'natureza'"⁹³. "Separando a produção de vida nova da produção das necessidades diárias através do trabalho, elevando este último para o reino da história e humanidade, e ao chamar a primeira de 'natural', a segunda de 'social' - ela escreveu - eles contribuíram involuntariamente para o determinismo biológico que ainda hoje sofremos. Em relação às mulheres e seu trabalho, permanecem tão idealistas quanto os ideólogos alemães a quem eles criticaram"⁹⁴. Para Mies, a visão de Marx e Engels, em última instância, refletia o processo histórico pelo qual a ordem patriarcal tinha sido incorporada, primeiro pelo feudalismo europeu (através da caça às bruxas) e depois pelo capitalismo industrial, quando "a esfera onde a força de trabalho era produzida, a casa e a família" foi redefinida como "natureza privada e domesticada", enquanto a fábrica foi definida como "o lugar para produção pública e social ('humana')"⁹⁵. Ainda que essa distinção pertença mais plenamente ao processo de transformar a

⁹² MIES, M. *Patriarchy and Accumulation on the World Scale*. Zed Books, 1996.

⁹³ MIES, M. *Patriarchy and Accumulation on the World Scale*. Zed Books, 1996. p. 52.

⁹⁴ MIES, M. *Patriarchy and Accumulation on the World Scale*. Zed Books, 1996. p. 53.

⁹⁵ MIES, M. *Patriarchy and Accumulation on the World Scale*. Zed Books, 1996. p. 69.



mulher em esposa e dona de casa⁹⁶ do período Fordista do que ao início da era industrial - quando um grande número de mão de obra fabril era formado de mulheres - continua a ser de grande relevância para entender a subordinação social das mulheres como sujeitas tipicamente não-políticas, e da reprodução como terreno não político de vida social.

Nas duas décadas seguintes, Mies deu contribuições paradigmáticas à literatura ecofeminista global com os livros “Ecofeminismo”⁹⁷ e “A Perspectiva de Subsistência”⁹⁸, que estabeleceram fortes conexões entre ecologia, feminismo e o emergente movimento antiglobalização (ou alter-mundialismo). Eles contribuíram substancialmente para a discussão do trabalho além do trabalho assalariado e do proletariado urbano-industrial e mostraram como a possibilidade de desenvolver um “viver bem” além do crescimento capitalista já era praticada em uma série de contextos rurais e países do chamado terceiro mundo. Surgido de dentro de um grupo acadêmico/ativista de estudos de “mulheres e desenvolvimento” na Alemanha, Áustria e Países Baixos⁹⁹, a “perspectiva da subsistência” era, portanto, um conceito empoderador que deu valor à capacidade de cooperação das pessoas umas com as outras e com a natureza na “produção da vida”.

O trabalho de Mies repercutiu nas produções do mesmo período das feministas autônomas marxistas italianas Silvia Federici e M. Rosa Dalla Costa, e pela acadêmica e ativista eco-socialista britânica Mary Mellor¹⁰⁰. O que esses argumentos tinham em comum era ir além dos tradicionais movimentos nacionais trabalhistas, tipicamente dominados por homens, para analisar a exploração e a solidariedade em escala mundial, onde a maioria das pessoas da classe trabalhadora eram mulheres rurais do

⁹⁶ N.T.: no original *housewifization*.

⁹⁷ MIES, M.; SHIVA, V. *Ecofeminism*. Zed Books, 1993.

⁹⁸ MIES, M.; BENNHOLDT-THOMSEN, V. *The subsistence Perspective*. Zed Books, 2000.

⁹⁹ MIES, M. Questioning needs: a rejoinder to victor wallis. *Capitalism Nature Socialism*, v. 17, n. 4, p. 44-47, 2006.

¹⁰⁰ DALLA COSTA, M.R. The native in us, the Earth we belong to. *The Commoner*, n. 6, 2003. Disponível em: <https://thecommoner.org/wp-content/uploads/2020/06/Mariarosa-Dalla-Costa-The-Native-In-Us-The-Earth-We-Belong-To.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2024; MELLOR, M. *Feminism and Ecology*. New York University Press, 1999.



Sul global¹⁰¹. A divisão global/sexual do trabalho era, portanto, o nível em que essas autoras e ativistas, muitas de origem marxista-feminista, desenvolveram uma crítica ecológica do capitalismo do ponto de vista da reprodução e subsistência¹⁰². Esse esforço intelectual/ativista tem sido construído através de uma abordagem materialista tanto para a ecologia como para o feminismo, mas também em um diálogo transnacional que se interseccionaram, de formas importantes, com estudos pós-coloniais e do terceiro mundo, enquanto opera um diálogo difícil entre abordagens construtivistas e realistas da "natureza"¹⁰³. O terreno analítico comum era o de expor os efeitos materiais da ordem capitalista/patriarcal/colonial em termos de esgotamento tanto dos ecossistemas quanto das pessoas, através da extração do trabalho não remunerado de reprodutores (em sua maioria mulheres) e da natureza, que se originou na depreciação cultural de serviços reprodutivos, levando - ao mesmo tempo - à sua comoditização.

A economia política ecofeminista tem fundamental importância para uma consideração da ecologia e do trabalho, na medida em que expõe os perigos dos dualismos culturais ocidentais (entre "cultura" como mente-agência-produção-masculina e "natureza" como corpo-passividade-reprodução-feminino) que também são profundamente imbricadas dentro das políticas socialistas. Sua preocupação principal é a necessidade de revisar por completo a noção do que conta como "trabalho". Contudo, o debate ecofeminista materialista tomou lugar principalmente em espaços "globais" como a Rio +20 ou a conferência de "mulheres e desenvolvimento"¹⁰⁴, envolvendo principalmente mulheres estudiosas e ativistas trabalhando no Sul global; além disso, a maioria delas desenvolveu seu trabalho fora da Europa. Como consequência, o impacto deste debate sobre o desenvolvimento de uma agenda política verde-vermelha no velho continente foi muito limitado, se não

¹⁰¹ SALLEH, A. From metabolic rift to "Metabolic Value": reflections on environmental sociology and the alternative globalization movement. *Organization & Environment*, v. 23, n. 2, p. 205-219, 2010.

¹⁰² SALLEH, A. CNS symposium: ecofeminist dialogues. *Capitalism Nature Socialism*, v. 17, n. 4, p. 32-141, 2006.

¹⁰³ SOPER, K. Feminism and ecology: realism and rhetoric in the discourses of nature. *Science, Technology, & Human Values*, v. 20, n. 3, p. 311-331, 1995.

¹⁰⁴ MERCHANT, C. *Radical Ecology*. In: Search for a Livable World. 2. ed. Routledge, 2005; SALLEH, A. *Ecofeminism as Politics: Nature, Marx and the Post-Modern*. London: Zed Books, 1997.



ausente. A perspectiva ecofeminista materialista nasceu e se desenvolveu como um *outsider* do movimento trabalhista tradicional, e assim tem permanecido até hoje. Marginalizada, e também mal compreendida pelo chamado feminismo branco da terceira onda¹⁰⁵, ganhou novo impulso nos últimos anos graças a uma reviravolta materialista nos estudos de gênero, mas também graças às crescentes mobilizações de indígenas, camponesas e outras mulheres racializadas contra o aumento da mercantilização e do esgotamento da vida no novo milênio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As últimas três décadas do Século XX representaram um ponto de virada crucial para o ambientalismo do trabalho. A abordagem que foi consolidada na era Fordista, baseada na luta dos sindicatos por regulamentações de saúde e segurança no ponto de produção, estendendo para a sociedade através de um amplo planejamento democrático - o que os comunistas italianos chamaram de “a ecologia de classe trabalhadora” - perdeu sua centralidade e surgiram várias visões na Esquerda Europeia. Nenhuma delas, contudo, obteve sucesso prevenindo os movimentos trabalhistas da Europa de perderem sua perspectiva anticapitalista e abraçarem a ecologia política ecomodernista. Essa derrota deve ser lida através do pano de fundo histórico das pressões políticas e estruturais (estagnação econômica, desindustrialização e o fim da experiência soviética); entretanto, deve ser explicado também como um efeito interno de curto prazo da ecologia política marxista: nomeadamente, a desconexão entre as visões ecossocialistas e ecofeministas.

Durante a época da escrita deste artigo (2017-19), as prospecções para uma política verde-vermelha na Europa parecem se polarizar em dois blocos, que podem ser representados de forma ampla como bloco da Modernização Ecológica e da Justiça Ambiental: o primeiro bloco gira em torno de um plano de crescimento verde amigável ao trabalho, baseado em uma mistura de regulamentações de mercado e

¹⁰⁵ GAARD, G. Ecofeminism revisited: rejecting essentialism and re-placing species in a material feminist environmentalism. *Feminist Formations*, v. 23, n. 2, p. 26-53, 2011.



não-mercado, representados, por exemplo, pela Confederação Europeia de Sindicatos e o grupo social democrata no Parlamento Europeu; o segundo bloco é inspirado nas visões de pós-desenvolvimento e de Justiça Ambiental Global, representado, por exemplo, pelo movimento de decrescimento, ao qual a perspectiva ecofeminista materialista convergiu, e que incorporou as reivindicações dos “comuns” como um terreno político para política anticapitalistas (ecológicas).

A primeira representa a posição oficial do ambientalismo do trabalho: entretanto, isso é entendido de uma forma bem diferente que sua versão ecosocialista. As estratégias de “transição justa” e “empregos climáticos”, na realidade, vêm trabalhadores não como sujeitos políticos de uma revolução ecológica, mas como potenciais vítimas de políticas climáticas. Em outras palavras, enquanto a ecologia da classe trabalhadora foi uma estratégia transformadora, orientada por uma defesa da reprodução classista, essa nova versão de ecomodernismo trabalhista é uma estratégia conservadora, construída em volta da defesa da produção. A segunda opção, por outro lado, manifesta-se em resistências populares a atividades com uso intensivo de carbono e megaprojetos de “energia limpa”, bem como uma série de iniciativas urbanas de ocupações/hortas/compartilhamento de trabalho, várias delas que estão conscientemente adotando princípios do decrescimento. De acordo com o defensor do decrescimento e pesquisador Giorgos Kallis, essas ações não são inspiradas por um escapismo, mas sim por uma atitude de agorotopia¹⁰⁶, ou seja, uma que almeja mudar a cidade conectando ações populares com institucionais.¹⁰⁷ Deve ser notado, contudo, que essa estratégia tem falhado até agora em ganhar tração de massas com as classes trabalhadoras empobrecidas e precarizadas da era da austeridade, nem parece ser capaz de ter um diálogo construtivo com o movimento trabalhista em geral.

¹⁰⁶ N.T.: no original *nowtopia* junção das palavras “agora” e “utopia”

¹⁰⁷ KALLIS, Giorgos. In *defense of degrowth*: opinions and manifestos. Uneven Earth Press, 2017. p. 14.



A desconexão e até mesmo eventual hostilidade entre a perspectiva ecofeminista, agora fortemente aliada com os movimentos de Justiça Ambiental/pós-desenvolvimento/decrescimento, e o ecomodernismo trabalhista é o que está atualmente impedindo a possibilidade do desenvolvimento de uma luta anticapitalista ecológica mais forte e convincente, tanto no nível europeu quanto global. Essa estratégia, eu defendo, deve almejar transformar o ambientalismo do trabalho em uma aliança antipatriarcal e anticolonial entre o trabalho industrial/assalariado e o trabalho meta-industrial. Para isso acontecer, uma nova geração de ecologistas políticos/as e intelectuais militantes precisarão aceitar o desafio de repensar as classes trabalhadoras e suas agências ecológicas.

REFERÊNCIAS

- ARRUZZA, C. Functionalist, determinist, reductionist: social reproduction feminism and its critics. *Science & Society*, v. 80, n. 1, p. 9-30, 2016.
- BARCA, S. Bread and poison. The story of labor environmentalism in Italy, 1968-1998. In: MELLING, J.; SELLERS, C. (Ed.). **Dangerous Trade**. Histories of Industrial Hazards across a Globalizing World. Temple University Press, 2012.
- BARCA, S. Greening the job. Trade unions, climate change and the political ecology of labour. In: BRYANT, R. (Ed.). **International Handbook of Political Ecology**. London: Edward Elgar, 2015.
- BARCA, S. Laboring the Earth. Transnational reflections on the environmental history of work. *Environmental History*, v. 19, n. 1, p. 3-27, 2014.
- BARCA, S. Pão e veneno: reflexões para uma investigação sobre o ‘ambientalismo do trabalho’ em Itália, 1968-1998. In: **Laboreal**, Volume 6, Nº2, 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/laboreal/8590>. Acesso em: 06 dez. 2024.
- BARCA, S. ‘Work, bodies, militancy: the “class ecology” debate in 1970s Italy’. In: BOUDIA, S.; JAS, N. (Ed.). **Powerless Science? Science and Politics in a Toxic World**. Berghahn Books, 2014b.
- BAUHARDT, C. Solutions to the crisis? The green new deal, degrowth, and the solidarity economy: alternatives to the capitalist growth economy from an ecofeminist economics perspective. *Ecological Economics*, v. 102, p. 60-68, 2014.



BURGMANN, V. From 'jobs versus environment' to 'green-collar jobs': Australian trade unions and the climate change debate. In: RÄTHZEL, N.; UZZELL, D. (Ed.). **Trade Unions in the Green Economy**. Routledge, 2013. p. 131-145.

BURKETT, P. **Marx and Nature: A Red and Green Perspective**. New York: St. Martin's, 1999.

CLARK, B. Marx's natures: a response to foster and Burkett. **Organization & Environment**, v. 14, n. 4, p. 432-442, 2001.

CLARK, B.; YORK, R. Carbon metabolism: global capitalism, climate change, and the biospheric rift. **Theory and Society**, v. 34, n. 4, p. 391-428, 2005.

COCK, J. The "Green Economy": a just and sustainable development path or a "Wolf in Sheep's Clothing"? **Global Labour Journal**, v. 5, n. 1, p. 23-44, 2014.

CONTI, L. **Che cos'è l'ecologia. Capitale, lavoro, ambiente**. Mazzotta, 1977.

D'ALISA, G.; DEMARIA, F.; KALLIS, G. **Degrowth**. A vocabulary for a new era. Routledge, 2014.

DALLA COSTA, M.R. Introduction to the Archive of Feminist Struggle for wages for housework. **Viewpoint Magazine**, issue 5, October 2015. Disponível em: <https://viewpointmag.com/2015/11/02/issue-5-social-reproduction/>. Acesso em: 16 dez. 2024.

DALLA COSTA, M.R. The native in us, the Earth we belong to. **The Commoner**, n. 6, 2003. Disponível em: <https://thecommoner.org/wp-content/uploads/2020/06/Mariarosa-Dalla-Costa-The-Native-In-Us-The-Earth-We-Belong-To.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2024

DELLA PORTA, D.; DIANI, M. **Movimenti senza protesta? L'ambientalismo in Italia**. Il Mulino, 2004.

DELLA SETA, R. **La difesa dell'ambiente in Italia**. Franco Angeli, 2000.

ELEY, G. **Forging Democracy: The History of the Left in Europe, 1850-2000**. Oxford University Press, 2002.

ELEY, G., NIELD, K. Scholarly Controversy: Farewell to the Working Class? **International Labor and Working-Class History**, No. 57, Spring 2000, pp. 1-30. Disponível em: <https://library.fes.de/libalt/journals/swetsfulltext/14895131.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.



EUROPEAN TRADE UNIONS CONFEDERATION (ETUC). **Action Programme 2015-2019**. 2015. Disponível em: www.etuc.org. Acesso em: 13 dez. 2024.

FELLI, R. An alternative socio-ecological strategy? International trade unions' engagement with climate change. **Review of International Political Economy**, v. 21, n. 2, p. 372-398, 2014.

FOSTER, J.B. **Marx's Ecology**. Materialism and Nature. Monthly Review Press, 2000.

FOSTER, J.B. The Meaning of Work in a Sustainable Society: A Marxian View. **CUSP Essay Series on the Morality of Sustainable Prosperity No 3**. 2017, p. 4. Disponível em: <http://www.cusp.ac.uk/essay/m1-3/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

FOSTER, J.B.; CLARK, B. Marx's ecology and the left. **New Left Review**, n. 68, 2016. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2016/06/01/marxs-ecology-and-the-left/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

FOSTER, J.B.; CLARK, B.; YORK, R. **The Ecological Rift: Capitalism's War on the Earth**. Monthly Review Press, 2010.

FRASER, N. Behind Marx's Hidden Abode. For an Expanded Conception of Capitalism. **New Left Review**, v. 86, p. 55-72, Mar.-Apr., 2014.

GAARD, G. Ecofeminism revisited: rejecting essentialism and re-placing species in a material feminist environmentalism. **Feminist Formations**, v. 23, n. 2, p. 26-53, 2011.

GIL, B.M. Moving towards eco-unionism: reflecting the Spanish experience. In: RÄTHZEL, N.; UZZELL, D. (Ed.). **Trade Unions in the Green Economy**. Routledge, 2013. p. 64-77.

GINGRICH, S. From blue to green: a comparative study of blue-collar unions' reactions to the climate change threat in the United States and Sweden. In: RÄTHZEL, N.; UZZELL, D. (Ed.). **Trade Unions in the Green Economy**. Routledge, 2013. p. 214-226.

GOODMAN, J.; SALLEH, A. The 'Green Economy': class hegemony and counter-hegemony. **Globalizations**, v. 10, n. 3, p. 411-424, 2014.

GORZ, A. **Critique of Economic Reason**. Verso, 1989.

GORZ, A. Critique of economic reason: summary for trade unionists and other left activists. In: MUNCK, R.; WATERMAN, P. (Ed.). **Labour Worldwide in the Era of Globalization**. Alternative Union Models in the New World Order. Palgrave Macmillan, 1999.



GORZ, A. **Ecologica**. Seagull, 2010.

GORZ, A. Ecology and freedom. *In: A. Gorz, Ecology as Politics*. South End Press, 1979

GORZ, A. **Farewell to the Working Class**. An Essay on Post-Industrial Socialism. Pluto Press, 1982.

GRAF VON HARDENBERG, W.; PELIZZARI, P. The environmental question, employment and development in Italy's left. *Left History*, n. 2, p. 77-104, 2008.

GUHA, R.; MARTÍNEZ ALIER, J. **Varieties of Environmentalism: Essays North and South**. Earthscan, 1997.

HARVEY, D. **Justice, Nature and the Geography of Difference**. Blackwell, 1996.

KAIKA, M. 'Don't call me resilient again!': the New Urban Agenda as immunology ellipsis or ellipsis what happens when communities refuse to be vaccinated with 'smart cities' and indicators. *Environment and Urbanization*, v. 29, n. 1, p. 89-102, 2017.

KALLIS, Giorgos. **In defense of degrowth: opinions and manifestos**. Uneven Earth Press, 2017.

LEONARDI, E. Introdução. *In: GORZ, A. (Ed.). Ecologia e libertà*. Orthotes, 2015.

LUKE, T.W. Environmentalism. *In: DRYZEK, John S.; NORGAARD, Richard B.; SCHLOSBERG, David (Ed.). The Oxford Handbook of Climate Change and Society*. 2011.

MARTÍNEZ ALIER, J. **The Environmentalism of the Poor**. A Study of Ecological Conflicts and Valuation. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2002.

MELLOR, M. **Feminism and Ecology**. New York University Press, 1999.

MELLOR, M. Ecofeminist political economy. *International Journal of Green Economics*, v. 1, n. 1/2, p. 139-150, 2006.

MERCHANT, C. Radical Ecology. *In: Search for a Livable World*. 2. ed. Routledge, 2005.

MIES, M.; BENNHOLDT-THOMSEN, V. **The subsistence Perspective**. Zed Books, 2000.



MIES, M.; SHIVA, V. **Ecofeminism**. Zed Books, 1993.

MIES, M. **Patriarchy and Accumulation on the World Scale**. Zed Books, 1996.

MIES, M. Questioning needs: a rejoinder to victor wallis. **Capitalism Nature Socialism**, v. 17, n. 4, p. 44-47, 2006.

MOORE, J.W. Ecology, capital, and the nature of our times: accumulation & crisis in the capitalist world-ecology. **Journal of World-Systems Research**, v. XVII, n. 1, p. 108-147, 2011.

MURILLO, L. From sustainable development to a green and fair economy: making the environment a trade union issue. In: RÄTHZEL, N.; UZZELL, D. (Ed.). **Trade Unions in the Green Economy**. Routledge, 2013. p. 29-40.

O'CONNOR, James. **Natural Causes: Essays in Ecological Marxism**. New York: Guilford, 1998.

PERKINS, P.E. Feminist ecological economics and sustainability. **Journal of Bioeconomics**, v. 9, pp. 227-244, 2007. Disponível em: <https://www.greeneconomics.net/EllieP-FemEcolEcon.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

RÄTHZEL, N.; UZZELL, D. Mending the breach between labor and nature: a case for environmental labor studies. In: RÄTHZEL, N.; UZZELL, D. (Ed.). **Trade Unions in the Green Economy**. Routledge, 2013. p. 1-12.

ROOTES, C. **Environmental Protest in Western Europe**. Oxford University Press, 2003.

RYLE, M., SOPER, K. Introduction: the ecology of labour. **Green Letters** 20(2), pp. 119-126. doi: [10.1080/14688417.2016.1164984](https://doi.org/10.1080/14688417.2016.1164984). Acesso em: 12 dez. 2024.

SALLEH, A. **Ecofeminism as Politics: Nature, Marx and the Post-Modern**. London: Zed Books, 1997.

SALLEH, A. CNS symposium: ecofeminist dialogues. **Capitalism Nature Socialism**, v. 17, n. 4, p. 32-141, 2006.

SALLEH, A. From metabolic rift to “Metabolic Value”: reflections on environmental sociology and the alternative globalization movement. **Organization & Environment**, v. 23, n. 2, p. 205-219, 2010.

SALLEH, A. “Green Economy” or Green Utopia: the salience of reproductive labor Post-Rio+20. **American Sociological Association**, Volume 18, Number 2, pp. 141-



145, 2012. Disponível em: <https://jwsr.pitt.edu/ojs/jwsr/article/view/468/480>. Acesso em: 12 dez. 2024.

SILVER, B.J. **Forces of Labor. Workers' Movements and Globalization Since 1870**. Cambridge University Press, 2003.

SNELL, D.; FAIRBROTHER, P. Just transition and labour environmentalism in Australia. In: RÄTHZEL, N.; UZZELL, D. (Ed.). **Trade Unions in the Green Economy**. Routledge, 2013. p. 146-161.

SOPER, K. Feminism and ecology: realism and rhetoric in the discourses of nature. **Science, Technology, & Human Values**, v. 20, n. 3, p. 311-331, 1995.

STEVIS, D. Green jobs? Good jobs? Just jobs? US labour unions confront climate change. In: RÄTHZEL, N.; UZZELL, D. (Ed.). **Trade Unions in the Green Economy**. Routledge, 2013. p. 179-195.

SWEENEY, P. US trade unions and the challenge of “extreme energy”: the case of the TransCanada Keystone XL pipeline. In: RÄTHZEL, N.; UZZELL, D. (Ed.). **Trade Unions in the Green Economy**. Routledge, 2013. p. 196-213.

VAN DER LINDEN, M. **Workers of the World**. Essays toward a Global Labor History. Brill, 2008.

WHITE, D.; RUDY, A. P.; GAREAU, B. J. **Environments, Natures and Social Theory: towards a critical hybridity**. Macmillan Education UK, 2016.

WILLIAMS, R. **Ecology & the Labour Movement**. A talk given at the Plinston Hall, Letchworth, 2nd June 1984. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EiFWHtKOcj0>. Acesso em: 16 dez. 2024.

Stefania Barca

Pesquisadora sênior do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC). Doutora em História Econômica pela Universidade de Bari (Itália). Professora associada em História Moderna e em História Econômica (pelo Ministério da Educação, Universidade e Pesquisa da Itália - MIUR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8136-3369>. E-mail: sbarca68@gmail.com.

